



## A DANÇA DA TUCANDEIRA: PRÁTICAS CULTURAIS EM ESCOLA INDÍGENA NO RIO PUPUNHAL/MAUÉS/AMAZONAS

Josivanda Barata Moreira <sup>1</sup>

Lucilene Pacheco Santos <sup>2</sup>

### RESUMO

O texto aborda sobre a prática cultural vivenciada em uma escola indígena na Zona rural no município de Maués/Am. Na docência há 10 anos, nunca antes vivenciei uma realidade diferenciada igual ao do período 2021 a 2022. O trabalho em uma escola indígena que fica distante do município de Maués cerca de 2h de rabetá indo pelo rio Maués Açu. Vivenciar a sala de aula na série multisseriada quando estamos em formação acadêmica, foi um reencontro com a realidade para compreendermos que as práticas dos professores regentes restabelecem desafios ao diálogo para ressignificar olhares que intercruzam com as diferentes culturas, saberes costumes que vamos encontrar no processo da caminhada como educador por diferentes realidades em escolas em comunidades ribeirinhas. O tempo que estive na comunidade foi de conhecer possibilidades e viver incertezas na docência. Trabalhar com crianças indígenas na turma multisseriada, aprender e viver com os costumes deles, lidar com a língua materna Sateré-Mawé foram grandes desafios. Explicar as atividades na língua portuguesa e ouvir falarem na língua materna de início ficava sem saber como lidar, depois de alguns meses com a adaptação, até ariscava a conversa com algumas palavras na língua “sateré”. No lugar de docente notou-se que as dificuldades que enfrentam é a difícil comunicação na língua portuguesa, pois, a maioria é falante na língua materna. Com o tempo contavam os costumes alimentícios de comer formiga queimosa, rã, manga assada, mingau de manga, Poraqué entre outros. No artesanato gostavam de fazer pãozinho, vassoura, tipiti, luva e cocar tecido da palha do açazeiro. Tudo isso, foi provocante, principalmente na prática docente viver uma mistura de culturas, as minhas e as deles. Nesse teste de aprender a ser professora em realidade diferenciada, específica e bilíngue foi desenvolvida a atividade **Dança da Tucandeira**, ao qual utilizamos materiais que existia na comunidade. Naquele momento os saberes ancestrais, a cultura e os costumes da dança foi demonstrado que se mantiveram na existência milenar, por isso, a comunidade inteira aceitou a proposta de apresentar a prática “dança”, envolveram-se na confecção dos materiais necessários (luvas de tipiti e roupas de palha, pigmentos para pintura corporal) e fomos para comunidade Camarão. Após, 3h de viagem de barco apresentamos a cultura viva de um povo a partir de uma ação prática não do que está no currículo prescrito, mas, um currículo não oficial com a dança da Tucandeira do povo indígena Sateré-Mawé.

**Palavras-chave:** Currículo, Dança da Tucandeira, Escola Indígena, Prática Cultural.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR da Universidade Estado do Amazonas - UEA /AM Professora da Secretaria Municipal de Educação – Semed/Maués. E-mail: [josivandamoreiradecarvalho@gmail.com](mailto:josivandamoreiradecarvalho@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino Semed/Manaus E-mail: [lucilene.santos@semed.manaus.am.gov.br](mailto:lucilene.santos@semed.manaus.am.gov.br);

## INTRODUÇÃO

Este breve relato é um registro de memórias do período de atuação na escola Indígena João de Oliveira localizada no município de Maués no Estado do Amazonas, na comunidade ribeirinha Novo Jardim do Atuca no Rio Pupunhal. A escola foi fundada em 2017, antigamente, os estudantes iam para outra comunidade. Relatos dos comunitários declaram que era muito difícil na época da vazante de junho a dezembro, quando o nível da águas baixa consideravelmente, as crianças precisavam caminhar cerca 30 minutos e depois seguir de rabeta, para a escola Raul Alves Barroso, passando pelo meio do igapó e retornar para a comunidade.

O percurso da sede do município de Maués até a escola é realizado em duas etapas: primeiramente de ônibus até a Comunidade São Francisco no Rio Pupunhal; depois segue-se para Novo Jardim do Atuca de motor rabeta<sup>3</sup> por dentro do igapós período da cheia do rio. Quando é vazante o igapó seco, e o último percurso é realizado caminhando cerca de 30 minutos.

Foi uma vivência na Educação Escolar Indígena, em 2021 e 2022, da época da pandemia da COVID 19, nós professores e professoras precisávamos trabalhar com aulas remotas. Ao considerarmos que aulas remotas foram atividades mediadas pela tecnologia e que naquele lugar longínquo não existia acesso nem por telefone celular, o sinal de internet nunca funcionou. Por isso, as aulas para estudantes da comunidade “Jardim do Atuca” foi de modo presencial quinzenalmente em área indígena para entrega de atividades.

No primeiro momento o sentimento foi de desespero ao deparar-se com o lugar tão distante, pacato, e isolado, o olhar avistava apenas a densa floresta, os moradores e profissionais designados a trabalhos em Território Indígena (TI), na área da saúde e da educação tinham autorização para adentrar em área indígena. Igapós e o rio se enlaçam e dificultava o deslizar e condução da canoa.

O povo Sateré- Mawé, desta comunidade era pouco falante na língua portuguesa, e a escola sem professor indígena, esse foi o cenário distante da vida urbana fincado no emaranhado da floresta. Não existia lugar para moradia de docente, banheiro, água encanada, nem tão pouco

---

<sup>3</sup> Rabeta é uma máquina que fica acoplado na parte de trás da canoa ou barco de pequeno porte, também fica acoplado ao casco do barco, ocupando menos espaço.



eletricidade. Às 18 horas estavam deitados (as), ninguém andava pela comunidade, era uma escuridão que não se pode descrever o breu que trazia sentimentos mistos de proteção e medos. Essas e outras dificuldades foram de superação e aprendizagens durante a docência na escola indígena.

Devido à falta de estrutura para locação docente, foi preciso ir e voltar diariamente do centro de Maués até a comunidade no final do rio Pupunhal). Realizávamos um percurso que iniciava ao acordar às 4h30 da manhã, pegar o ônibus às 5h horas e chegar na comunidade Jardim do Atuca às 7h. A aula encerrava às 10h45 para iniciar a jornada de retorno ao pegar o ônibus às 11h45 no porto da estrada do Pupunhal na comunidade São Francisco para chegar em Maués às em torno das 13h.

Mesmo na solidão, no meio de um lugar desconhecido e imersas noutra cultura e costumes, era preciso exercer a docência. Foi a oportunidade de ressignificar percursos na profissionalização docente. Durante os primeiros dias, semanas e até por um mês após idas e vindas diariamente até a escola o pensamento foi somente em desistir, no entanto, embora a dificuldade em compreender a língua materna dos estudantes aos poucos, ampliamos a comunicação, na língua portuguesa e na língua materna.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no percurso da escrita deste relato científico é a etnografia sobre o contexto da vivência com resgate de registros e memórias de um trabalho de campo sobre o fazer docente imerso em local em cultura específica e diferenciada da/na escola Indígena no Rio Pupunhal do povo Sateré-Mawé onde os significados das práticas, crenças e valores são múltiplos e consideram as singularidades de trajetórias no ir vir a uma escola indígena. Sendo uma breve descrição sobre o povo, a escola e as práticas culturais na Dança do Ritual da Tucandeira.

Segundo André (2012, p.41): “A pesquisa do tipo etnográfica, que se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com situações pesquisadas, permite reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária.”

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Povo - Chamados de filhos do guaraná e originalmente os Mauwe “papagaio falante” vivem entre o Amazonas e Pará no Território Indígena (TI) Andirá-Marau, pelos rios: Andirá, Marau, Urupadi, Uaicurupará e Maiurú. São divididos nos principais clãs e símbolos: o Sateré - lagarta de fogo; Watunriá - palmeira; Hwariá - gavião; Koreriwá - cutia; Napuwaniã - guaraná. São falantes da língua Sateré do tronco linguístico Tupi e alguns o Nheengatu. De acordo com



Silva (2009): A língua Sateré-Mawé é falada por uma população aproximada de 7.500 pessoas que vivem na Terra Indígena Andirá-Marau, região do médio Rio Amazonas (AM).

O lugar Jardim do Atuca é longínquo e de difícil acesso, na época da vazante dos rios, entre os meses de outubro até dezembro, tem situações mais complexas: o calor e a seca do igarapé. Dificultando ainda mais chegar a escola, pois quando o igarapé seca é necessário deixar a canoa embaixo de uma árvore e seguir em caminhada. Talvez, pela distância apresenta características de pouco contato com a cultura do “branco” e vivem genuinamente suas culturas e costumes em meio a floresta.

Entre 2021/2022, eram 13 famílias e 65 moradores, alguns não indígenas moravam lá porque eram casados(as) com Sateré. As casas pequenas com única porta de entrada e saída e sem janelas construídas de madeira e cobertas de palha branca ou de Caraná/Caranaí retirada do próprio lugar. Algumas têm assoalho de tábua e outras no chão batido, as cozinhas ficam do lado de fora e distante da casa de dormir, o fogão de gravetos no chão cercado de varas finas em todos lados.

No primeiro momento foi de impacto cultural, ficava observando cada novidade com estranhamento ao perceber sobre um modo de vida deles. No rio, o único lugar para o banho era sobre uma ponte de madeira e as meninas não se misturavam com os meninos. Não podiam observar as pessoas mais velhas tomando banho, por uma questão de respeito e por acreditarem que poderiam ficar com problemas nos olhos. Todas vezes que íamos ao banho de rio as Sateré, dobravam-se de costas, de início pairou um envergonhamento, pois, em nossos costumes não indígena tomar banho na praia de rio é natural e ninguém fica como medo de terçol.

### **O povo Satere-Mawé e a escola...**

A cosmologia do povo Sateré- Mawé traz no plano mítico narração da lenda que:

O significado do waraná nos remete à história de Uniawasap, uma das figuras míticas femininas do grupo. Essa história passa-se no tempo em que os bichos eram como gente. Conta o mito que Uniawasap morava com seus irmãos no Nozoquem, a terra sem males. Ela era uma moça bonita e detentora do conhecimento mágico sobre plantas. Um dia foi engravidada por uma cobra. Os irmãos, temendo que Uniawasap fosse morar com a cobra, decidiram matar a criança. Uniawasap enterra a criança e de seu corpo brotam diferentes tipos de animais, o guaraná e o povo Sateré-Mawé. Quando enterra o corpo, Uniawasap abençoa o seu filho morto falando que ele voltará e presidirá reuniões (Alvarez, 2009, apud Rodrigues, 2014. p.216).

Nessa narrativa, a escola indígena representa uma luta política. Sendo o Território Indígena (TI), é o lugar de busca da formação docente de professores indígena para trabalharem na língua materna nas escolas e em segundo a mobilização de luta e resistência para



implementação de escolas em TI. Os/as professores/as que trabalham nas comunidades indígenas dentro do Rio Marau e adjacências são educadores que na maioria têm apenas o ensino médio, outros com a Graduação em Pedagogia Universidade do Estado do Amazonas – UEA, e muitos deparam-se com uma problemática: não saber falar a língua Sateré.

Conforme os pesquisadores, Rodrigues, Neto e Silva:

Os Sateré-Mawé carregam consigo quatro marcadores fundamentais de identidade que podem flutuar face à complexidade da vida urbana: i) consumo ritual e consumo cotidiano de guaraná, ii) funções do tuxaua, iii) funções da materialidade no artesanato e iv) ritos de iniciação masculina e feminina. Estes apresentam-se imbricados psicossocialmente na reconformação da pessoa a partir da vida na urbe. Dentre os elementos da mudança, está a exigência de mercado inserida no contexto das propriedades socioculturais dos itens referidos, objetivada em relações interétnicas, tanto nacionais quanto globais, com implicações na produção de guaraná o selo cultural da etnia. p. 223

Desses marcadores de identidade o rito de iniciação perpassa por aquela escola que na estrutura física não condizia com espaço escolar. Era apenas um vão, tábuas pela metade e laterais abertas, a cobertura de telha brásilit, com 2 salas de aulas, sem banheiro e cozinha. A falta de estrutura física era sentida ao extremo durante os intensos temporais somente vistos naquele ponto de floresta. Na força do vento com chuva molhava tudo dentro da sala, e no verão o calor era insuportável, retirávamos palha de inajá<sup>4</sup> ou babaçu para aliviar os raios solares que incomodavam as crianças. Na hora da sede era preciso ir ao porto pegar para beber pois não tinha bebedouro ou o “Pote de barro” como é conhecido aqui pela região amazônica mauesense.

Por isso, carregava um garrafão com água de beber da cidade até a comunidade. Na hora da aula algumas retiravam as filhas de sala para tratar bacias de peixes. Outras situações as crianças esperavam sobre uma ponte de madeira sobre um igarapé, e assim que nos avistavam corriam para a beira do rio (margem) caíam n'água mergulhavam, nadavam e sempre diziam que aguardavam a professora chegar para o mergulho no rio. Aprendemos com doze estudantes Sateré-Mawé, sendo 4 meninos e 8 meninas que a escola para eles era o que viviam em seus cotidianos, um lugar de conhecimento próprio. Assim era a escola, conforme ilustramos na figura 01, por muitas vezes os pés de

---

<sup>4</sup> Planta nativa da região amazônica, é conhecida por outros nomes: anaiá, aritá, inajazeiro, maripá e najá. Segundo o folclore brasileiro, Inaiá era uma linda índia que reinava nas matas do Brasil como símbolo de beleza. É uma palmeira oleaginosa que pode chegar a 20 metros de altura. Nome científico de *Maximiliana Maripa Aublet Drude*, possui ótimos palmitos, frutos e amêndoas, de onde se extrai o óleo que pode ser utilizado na indústria alimentícia, de cosméticos, e produtos farmacêuticos. O inajá é utilizado nas comunidades indígenas há muito tempo, a polpa dos frutos é usada no preparo de alimentos, as folhas são aproveitadas na construção de paredes e coberturas das malocas, pecíolo, que é a base da estrutura de sustentação das folhas vira ponta de flecha, a espata transforma em assento e recipiente para transportar água em cesto.

*Figura 1- Assim era a escola*



Fonte: Josivanda Moreira /2021

As dificuldades enfrentadas durante os períodos letivos de 2021 e 2022, foram inúmeras, principalmente na logística para chegar à escola e a compra de gasolina diariamente para abastecer a rabeta para o segundo trecho da viagem até comunidade. Certa vez, analisando os gastos com transporte, materiais didáticos e escolar para distribuir aos estudantes (eram muito carentes), o valor ultrapassava até 50% dos vencimentos pelas 20h de trabalho semanal. Por isso, questionávamos sobre a profissão docente que, ao invés de prosperar pagávamos para trabalhar. Nos momentos difíceis choro docente embriagava os olhos, em busca de entendermos os porquês de tantas dificuldades, afinal de contas, a escola é lugar de realizar a docência.

Além disso, os muitos temporais no meio do rio nos deixavam cheias de medos, e aconteceu frequentemente de molhar todo nosso material de trabalho escolar durante idas e vindas para a escola. A alegria de chegar com segurança era alívio em terra firme. Saber que crianças aguardavam para vivenciarmos diferenças culturais para a desconstrução de preconceitos, e a compreensão de um processo de aprendizagem escolar totalmente diferenciada da escola urbana. Aquela metodologia de tarefa para casa nunca funcionou.

Aos poucos também íamos aprendendo, que em nada aquela tarefa de casa fazia sentido, pois na escola indígena o aprender perpassa por reafirmação de identidade. Neste sentido, o mais desafiador em nossa docência, além da sala multisseriada foi a barreira da língua e as responsabilidades que recaíam sobre nós: pegar a merenda escolar na sede da secretaria de educação, levar a frequência mensal na SEMED, realizar pré-matrícula, informar frequência dos alunos do bolsa família, sistematizar os rendimentos de cada bimestre, planejar e realizar



as reuniões de pais e escrever a ata devido ao não domínio das famílias na leitura e escrita na língua portuguesa.

Com as crianças indígenas na turma multisseriada, aprender e viver com os costumes deles/as, lidar com a língua materna Sateré-Mawé foram grandes desafios. Explicar as atividades na língua portuguesa e ouvir falarem na língua materna ficava sem saber como lidar, depois de alguns meses na adaptação, até arriscava a conversa na língua “Sateré”. Na percepção docente, as dificuldades logísticas de acesso ao local ficaram pequenas diante as pelepas de nossa comunicação na língua portuguesa e a língua materna.

Uma vez ou outra, contavam os costumes alimentícios de comer formiga queimosa, rã, manga assada, poraqué, Mingau de manga, (algo que nunca pensei que era feito, provei e gostei), goma de tapioca assada, ovo assado, inajar cozido ou assado, chibé de farinha são alguns do costume alimentar deles que foi preciso a experimentação. Já no artesanato gostavam de fazer paneiro, vassoura, tipiti, luva e cocar tecido da palha do açazeiro. Tudo isso, foi provocante, principalmente no impacto da prática docente ao viver/conviver uma mistura de culturas naquele tateio de aprender a docência em realidade tão diferenciada, específica e bilíngue onde as práticas ritualísticas da Dança da Tucandeira na sala de aula deram lugar a insignificância das atividades xerocopiadas.

Quando trouxeram as palhas para sala e fizeram as luvas, naquele momento os saberes ancestrais, a cultura e os costumes da dança foi demonstrado que se mantiveram na existência milenar, por isso, a comunidade inteira aceitou a proposta de apresentar a prática “dança”, envolveram-se na confecção das luvas de tipiti e roupas de palha, pigmentos para pintura corporal utilizando o jenipapo verde ralado com água e assim dando uma cor preta, depois de tudo confeccionado fomos para outra comunidade de nome Camarão, após, 4h de viagem de barco apresentamos a cultura viva de um povo a partir da ação prática não do que está no currículo prescrito, mas, um currículo constituído da/na identidade do povo Sateré-Mawé com o ritual milenar da dança da Tucandeira

Salientamos que foi estabelecido um diálogo com um professor que trabalhava noutra comunidade e era bilíngue na língua materna. Era preciso viajar cerca de 30 minutos de rabeta para troca de experiências, uma vez que era um professor indígena, até houve a promessa de quinzenalmente comparecer à escola João de Oliveira do Rio Atuca no Pupunhal, para trabalhar na língua materna, expectativa nunca realizada. Gersem Baniwa (2010), em análise crítica ao conservadorismo curricular sinaliza que: “A estrutura e a prática pedagógica nas escolas não indígenas e, mesmo na maioria das escolas indígenas do país, é um exemplo clássico desse



conservadorismo, que ainda insiste em orientar sua visão e suas práticas a partir de uma comunidade imaginada de um Brasil monocultural e monolíngue.” (p.43)

O não conhecimento da língua Sateré-Mawé inviabilizou o ensino na língua materna, por isso, ensinava apenas na língua portuguesa. Um trabalho solitário na turma do 1º ao 5º ano multisseriada, deu lugar a um fazer diferenciado e bilíngue de uma busca incessante sobre o que fazer? O que ensinar e de qual maneira? Tirava xerox das atividades e seguia a proposta curricular da SEMED/Maués, mas, percebia aqueles conteúdos tão descontextualizados do que viviam, o fazer docente parecia não ter significado.

Largar os papéis com atividades prontas e realizar atividades de campo, utilizando os recursos encontrados na própria comunidade fora da sala para observar ao redor da área da comunidade conversar sobre o espaço geográfico e o mapeamento do lugar era ensinar geografia. A pescaria dos comunitários, a quantidade de frutas que apanhavam para levar para a escola foi conteúdo das aulas. Na época de Murici e Ingá ficávamos debaixo das árvores, ensinando conceitos básicos de matemática. O mais relevante e significativo foram as atividades práticas de representação da dança da tucandeira.

Ressaltamos que durante o percurso do ano letivo de 2022 a SEMED/Maués orientou realização de projetos, foi então que desenvolvemos “A Dança da Tucandeira”, a realidade deles vivenciada na escola ao recolher as palhas, os idosos da comunidade para fazer as luvas de tipiti, o bambu oco, o preparo da pintura corporal com jenipapo, a bebida taruba (feita de mandioca) o guaraná, o cantador Sateré, os adereços do corpo, e as folhas do cajueiro para o amortecimento das formigas.

### **Povo Sateré Mawé - ritual da tucandeira**

O ritual da tucandeira é um rito de passagem da adolescência para a vida adulta onde os jovens colocam as mãos em uma luva de palha cheia de formigas tucandeiras e aguentam as picadas por alguns minutos para demonstrar a força e resistência e tornar-se guerreiro e caçador. Ao dançarem em círculo cantam na língua materna, em passos sincronizados, os jovens participante do rito ficam ao lado de um ancião que representa a sabedoria ancestral para encorajar e ampará-lo no momento de dor após as picadas das formigas. Pereira e Melo (2019) descrevem que:

A tucandeira é uma transmissão de valores de origem que mantém viva a chama da cultura de um povo ávido por viver. É lá no processo de vinte ferroadas que se dá o encontro mítico do jovem consigo mesmo, com suas origens e com seu povo. A tucandeira não é só o caminho realizado pelos Sateré-Mawé para educar seus filhos como é a cura para todos os seus males. O povo Sateré-Mawé entende que não é possível educar os mais jovens se estes não fizerem seu ritual. Ele é a marca, de que o

conhecimento foi transmitido e que cabe a ele, o jovem, fazer as escolhas certas ao longo da vida. (p.175)

Figura 2- Luva e as formigas tucandeiras



Fonte: Josivanda Moreira /2021

Neste sentido, o Ritual da Tucandeira é tradição e Currículo vivo da cultura Sateré-Mawé ao reafirmar costumes e tradições. “As luvas utilizadas durante o ritual são tecidas em palha pintada com jenipapo e adornadas com penas de arara e gavião; nelas, o iniciado enfia a mão para ser ferroadado por quatro dezenas de formigas tucandeiras (*Paraponera clavata* sp). Os Sateré-Mawé ordenam, com isso, a etapa da entrada na maturidade para os homens.” (Rodrigues, Neto e Silva. 2014, p.221)

A escuta das histórias vividas por eles e a participação nos costumes alimentícios geravam confiança e segurança no processo de interação às práticas culturais principalmente de hábitos alimentar, por exemplo comer as formigas queimadas<sup>5</sup> que são retiradas da mata, depois coloca-se na água em um recipiente com sal, deixando agir por horas, depois noutro recipiente coloca água e farinha de mandioca para formar o chibé ou pirão e assim experimentar com as formigas e as rãs do igapó. Dentre estes o guaraná:

é fonte mítica cotidiana e o preparo e consumo do çapó (guaraná ralado com água e bebido em cuia) segue uma série de práticas de sessão ritual. A natureza do ritual de consumo do guaraná é, porém, diversa de rituais formais, como na Festa da Tucandeira (waymat). No waymat, atividade espiritualística de incorporação, a pessoa sateré-mawé ascende a nível de ação interativa, onde o afeto primordial que deverá liberar o corpo dos infantes de forma afetiva/psicossocial para a vida adulta é vinculado a um aceno da autoridade inferida do tuxaua. O simbolismo agregado, de

<sup>5</sup> As formigas queimadas têm um sabor queimoso (ardência igual pimenta malagueta) e em seguida é uma sensação de anestésico na boca, são encontradas no meio da mata e de cor vermelha.



teor afetivo/psicossocial, remete tanto o jovem sateré-mawé quanto a família dele a iconicidades referentes à procriação e deveres com a seguridade dos entes da comunidade. O ácido fórmico da tucandeira imprime o encerramento da tutela dos pais, mas sem que a energia vital do parentesco e da família indígena cesse. Ao estar apto à caça e coleta, guerra e intempéries da vida em geral, a indígena reforma o estado mental para um patamar diferenciado. (Rodrigues, Neto e Silva, 2014, p.217)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da docência em escola indígena no Rio Punhal no coração da floresta Amazônica com os estudantes Sateré, foi primeiramente compreendermos que a função social da escola. E quando falamos da Educação Escolar Indígena e de uma Escola Indígena, falamos da vivência nas especificidades da cultura e de um currículo que existe apenas no local e perpassa pelo falar na língua materna.

A Dança da Tucandeira é uma das práticas dentro do rito de passagem que foi mais significativo no fazer docente naquela escola, e isso nos encaminha a reflexão de que a instituição Escola Indígena elabora seus próprios saberes, o trabalho xerocopiado perdeu todo sentido diante as simbologias que existem nos preparos anterior aos momentos do Ritual da Tucandeira.

Além disso, governantes e responsáveis pelas Secretarias de Educação (Estado e Município) devem pautar pela implementação mais escolas específicas e diferenciadas e que possam oferecer um serviço educacional de qualidade. Destacamos que:

É importante enfatizar que existem hoje, no Brasil, 223 povos indígenas, sendo que cada povo é diferente dos outros. Por que é diferente? Porque cada povo tem sua língua própria, tem suas tradições próprias, sua mitologia própria, sua cosmologia própria que se distingue das demais. Mas isso é muito pouco considerado na forma, por exemplo, das instituições escolares lidarem com essas populações. As atividades educacionais são pensadas como se todo cidadão brasileiro falasse a mesma língua, comesse a mesma comida e da mesma maneira, como se tivesse a mesma origem, a mesma mitologia, a mesma religião, os mesmos valores, as mesmas tradições e costumes, a mesma forma de organização do trabalho, a mesma forma de organização social, econômica e política (Baniwa, 2010, p.44).

O fato da escola estar localizada em local de difícil acesso nas brenhas da floresta, isso não dá o direito pensarem que aquela comunidade não precisa um espaço digno de aprendizagem que escola. Pelo contrário, nas escolas indígenas semeiam as lideranças que mantêm viva a luta de cada povo contra esta lógica da homogeneização, e faz florescer/brotar os líderes que sabem a importância da escola para estabelecer os diálogos com a sociedade não indígena.

Os Sateré-Mawé trazem na cosmologia o poder transformador sobrenatural do globo ocular em semente do Warana (guaraná) e a existência e história deste povo está relacionada



com o fruto do guaraná. Neste sentido, vivenciar as práticas culturais na comunidade indígena lá no Rio Pupunhal no interior de Maués/Amazonas representou viver/sentir/pesar a realidade desafiadora de quem não sabia falar a língua materna Sateré, porém soubemos nos comunicar por meio da cultura para saber o que ensinar.

De tudo o que mais impactou foi a maneira do aprendizado obtido durante o trabalho docente, os costumes, a cultura, as andanças na chuva ou sob o calor escaldante. Percebemos naquela realidade outras facetas e possibilidades de uma educação escolar indígena ribeirinha com a sala multiesseriadas. Isso, nos permitiu compreender outras maneiras de ensinar e ao mesmo tempo aprender. Foi no cotidiano Sateré, que a Dança da Tucandeira, interdisciplinar/transdisciplinar resignificou aprendizagens para professores(as) não indígena, assim, compreendemos que práticas docentes perpassam por desafios e incertezas do não sabermos o professorar da/na aldeia, porém ao mesmo tempo semearmos a formação social, política e cultural daquelas crianças que podem constituir-se em líderes da nação Sateré-Mawé.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.

BANIWA G. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS**. Educação e Contemporaneidade Revista da FAEEBA. v. 19 n. 33, 2010. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faceba/issue/view/224/123> acesso dia 26 de julho de 2023, às 10:37

CARVALHO, J. M. de. **Ritual de passagem: das terras indígenas às áreas urbanas dos Sateré-Mawé Manaus (AM)**. Editora UEA, 2019.

PEREIRA, do N. S.; MELO, dos R. F., M. **Educação Escolar Indígena e seus desafios na comunidade Santa Maria do Rio Urupadi em Maués, no Amazonas, sob a ótica do olhar etnográfico**. *Revista Eletrônica Mutações*, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/5409> acesso dia 08 de junho de 2023.

RODRIGUES, R. A.; NETO, A. da S. R. SILVA, M. de L. F. da. **SABERES INDÍGENAS E RESSIGNIFICAÇÃO NO PROCESSO IDENTITÁRIO DOS SATERÉ-MAWÉ/AM**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n.2, p. 206-229, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/49659/32560> acesso: 22 de julho de 2023 às 21:37